

**Visões do Congresso Nacional em sites
engajados na campanha pró-Conferência
Nacional de Comunicação¹**

**Visiones del Congreso Nacional en sitios
comprometidos en la campaña pro-Conferencia
Nacional de Comunicación**

**Visions of the National Congress in sites
engaged in the campaign for the National
Conference of Communication**

Rafael Fortes

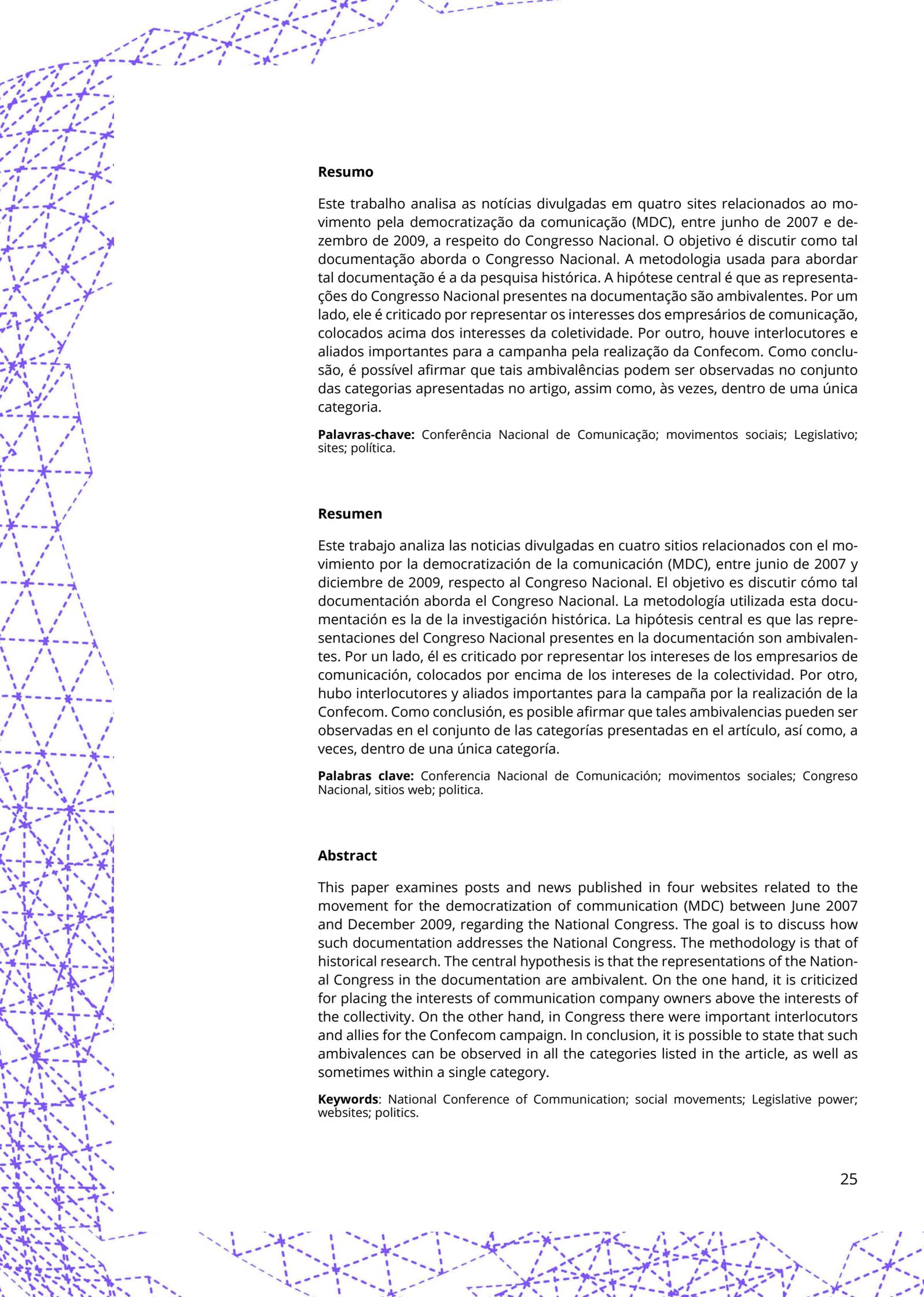
Doutor em Comunicação. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)- Brasil

Contato: raffortes@hotmail.com

Artigo submetido em 17/08/2017

Aprovado em 28/01/2018

¹ Gostaria de agradecer ao primeiro parecerista (anônimo), que deu numerosas contribuições para o aprimoramento deste trabalho. Tal postura, além de digna de elogio em função do objetivo de fazer o conhecimento avançar, raramente tem sido vista por mim. A pesquisa que deu origem a este texto recebeu apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Resumo

Este trabalho analisa as notícias divulgadas em quatro sites relacionados ao movimento pela democratização da comunicação (MDC), entre junho de 2007 e dezembro de 2009, a respeito do Congresso Nacional. O objetivo é discutir como tal documentação aborda o Congresso Nacional. A metodologia usada para abordar tal documentação é a da pesquisa histórica. A hipótese central é que as representações do Congresso Nacional presentes na documentação são ambivalentes. Por um lado, ele é criticado por representar os interesses dos empresários de comunicação, colocados acima dos interesses da coletividade. Por outro, houve interlocutores e aliados importantes para a campanha pela realização da Confecom. Como conclusão, é possível afirmar que tais ambivalências podem ser observadas no conjunto das categorias apresentadas no artigo, assim como, às vezes, dentro de uma única categoria.

Palavras-chave: Conferência Nacional de Comunicação; movimentos sociais; Legislativo; sites; política.

Resumen

Este trabajo analiza las noticias divulgadas en cuatro sitios relacionados con el movimiento por la democratización de la comunicación (MDC), entre junio de 2007 y diciembre de 2009, respecto al Congreso Nacional. El objetivo es discutir cómo tal documentación aborda el Congreso Nacional. La metodología utilizada esta documentación es la de la investigación histórica. La hipótesis central es que las representaciones del Congreso Nacional presentes en la documentación son ambivalentes. Por un lado, él es criticado por representar los intereses de los empresarios de comunicación, colocados por encima de los intereses de la colectividad. Por otro, hubo interlocutores y aliados importantes para la campaña por la realización de la Confecom. Como conclusión, es posible afirmar que tales ambivalencias pueden ser observadas en el conjunto de las categorías presentadas en el artículo, así como, a veces, dentro de una única categoría.

Palabras clave: Conferencia Nacional de Comunicación; movimientos sociales; Congreso Nacional, sitios web; política.

Abstract

This paper examines posts and news published in four websites related to the movement for the democratization of communication (MDC) between June 2007 and December 2009, regarding the National Congress. The goal is to discuss how such documentation addresses the National Congress. The methodology is that of historical research. The central hypothesis is that the representations of the National Congress in the documentation are ambivalent. On the one hand, it is criticized for placing the interests of communication company owners above the interests of the collectivity. On the other hand, in Congress there were important interlocutors and allies for the Confecom campaign. In conclusion, it is possible to state that such ambivalences can be observed in all the categories listed in the article, as well as sometimes within a single category.

Keywords: National Conference of Communication; social movements; Legislative power; websites; politics.

Introdução

Em dezembro de 2009, ocorreu a primeira e, até o momento, única Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Sendo a comunicação um setor atrasado do ponto de vista das políticas públicas, regulamentação e garantia de direitos, não surpreende que a trajetória para se chegar até a realização da Conferência tenha sido sinuosa e repleta de lutas. Sua convocação e realização foi resultado de um processo de mobilização levado a cabo por diversas entidades e agentes, tendo à frente o movimento pela democratização da comunicação (MDC).

Por MDC, refiro-me a um conjunto de entidades (associações de cunho temático e/ou político, sindicatos de trabalhadores, conselhos de natureza profissional e organizações não-governamentais, entre outros), coletivos, mandatos políticos, instâncias/órgãos estatais e militantes individuais e/ou independentes engajados em iniciativas em variados âmbitos (econômico, legislativo, político, relativos a conteúdo, relativos a forma etc.) para transformar o cenário da comunicação no Brasil, reivindicando sua democratização, bem como o reconhecimento legal e a efetivação do direito à comunicação. Não se trata, é claro, de um movimento unívoco e homogêneo: houve e há divergências, lutas internas e dissonâncias.² Contudo, não será possível desenvolver esta questão, tendo em vista o limite de páginas deste trabalho.

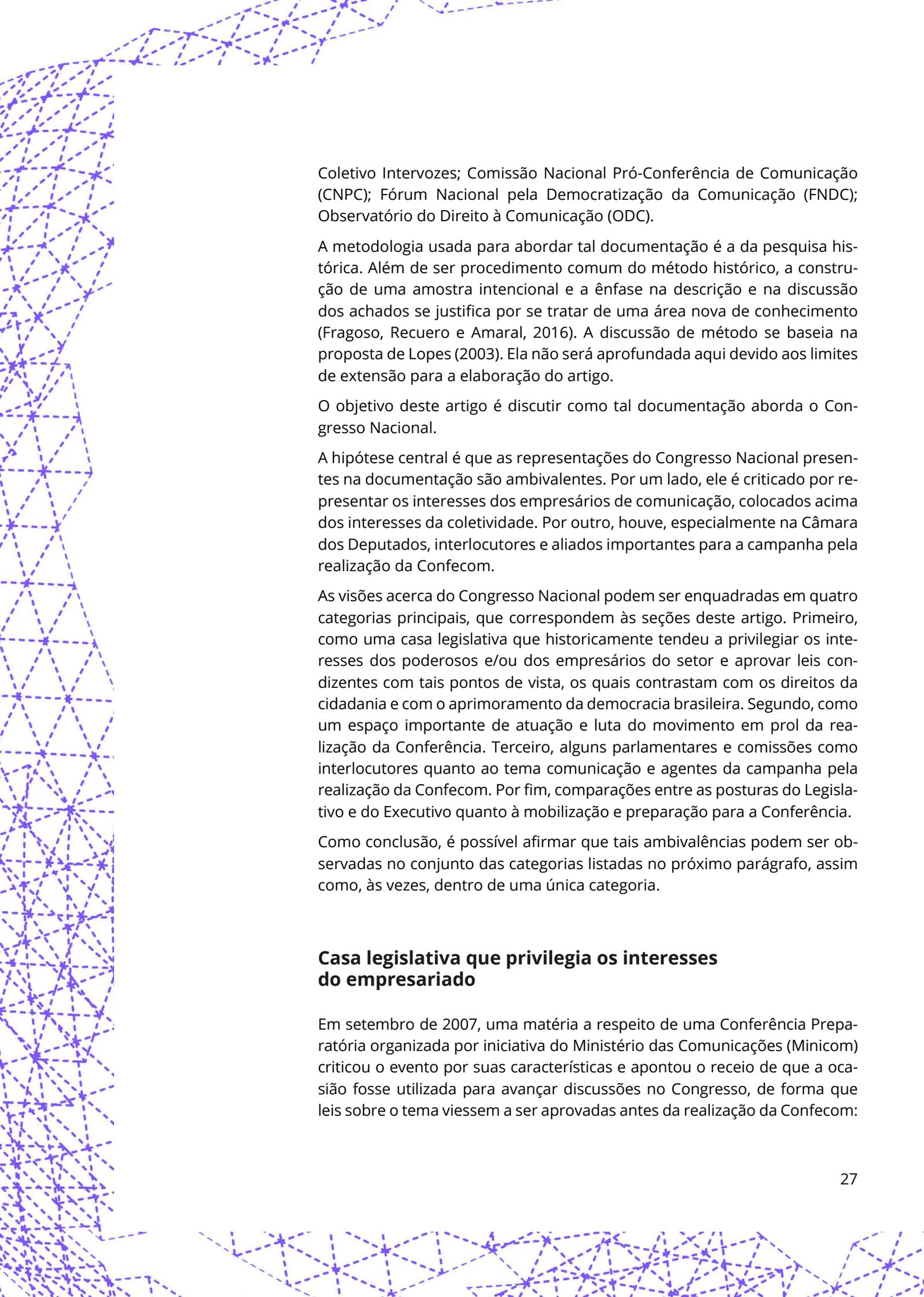
² Esta definição foi elaborada por mim.

Tal processo se deu apesar das condições historicamente pouco favoráveis à causa. De acordo com Souza (1996), uma das dificuldades do MDC é o “desconhecimento da existência deste movimento social por grande parcela da sociedade brasileira” devido ao “fato de que atinge diretamente os interesses dos grandes proprietários dos meios de comunicação social no Brasil” (p. 159). Em outras palavras, “as elites dominantes e os empresários do setor que as compõem, articulados com os seus representantes no Estado Brasileiro” evitam pautar as lutas relativas à comunicação (p. 159).³ Os veículos de maior alcance e audiência, controlados por tais empresas, famílias e/ou grupos, estabelecem uma espécie de bloqueio político-informativo, que torna a luta pouco visível para a sociedade.

³ Além, evidentemente, de pouco pautarem as lutas sociais de um modo geral (ARBEX JR., 2003).

Outros pesquisadores mais recentemente vêm se debruçando sobre as iniciativas para a democratização da comunicação, como: Baesse (2015), que tratou dos discursos do MDC e da mídia empresarial durante a Confecom; Mello (2015), que abordou o período pós-Confecom, mais precisamente 2009 a 2013; Prudêncio (2014), explorando os usos de plataformas acessadas via internet para mobilizações políticas no período posterior a 2009.

Este trabalho integra uma pesquisa que investiga a mobilização política para a realização da Confecom. Para tanto, ela analisa os materiais (notícias, documentos, manifestos, programação de eventos, vídeos etc.) divulgados em quatro sites relacionados ao MDC entre junho de 2007 e dezembro de 2009:



Coletivo Intervezes; Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação (CNPC); Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Observatório do Direito à Comunicação (ODC).

A metodologia usada para abordar tal documentação é a da pesquisa histórica. Além de ser procedimento comum do método histórico, a construção de uma amostra intencional e a ênfase na descrição e na discussão dos achados se justifica por se tratar de uma área nova de conhecimento (Fragoso, Recuero e Amaral, 2016). A discussão de método se baseia na proposta de Lopes (2003). Ela não será aprofundada aqui devido aos limites de extensão para a elaboração do artigo.

O objetivo deste artigo é discutir como tal documentação aborda o Congresso Nacional.

A hipótese central é que as representações do Congresso Nacional presentes na documentação são ambivalentes. Por um lado, ele é criticado por representar os interesses dos empresários de comunicação, colocados acima dos interesses da coletividade. Por outro, houve, especialmente na Câmara dos Deputados, interlocutores e aliados importantes para a campanha pela realização da Confecom.

As visões acerca do Congresso Nacional podem ser enquadradas em quatro categorias principais, que correspondem às seções deste artigo. Primeiro, como uma casa legislativa que historicamente tendeu a privilegiar os interesses dos poderosos e/ou dos empresários do setor e aprovar leis condescendentes com tais pontos de vista, os quais contrastam com os direitos da cidadania e com o aprimoramento da democracia brasileira. Segundo, como um espaço importante de atuação e luta do movimento em prol da realização da Conferência. Terceiro, alguns parlamentares e comissões como interlocutores quanto ao tema comunicação e agentes da campanha pela realização da Confecom. Por fim, comparações entre as posturas do Legislativo e do Executivo quanto à mobilização e preparação para a Conferência.

Como conclusão, é possível afirmar que tais ambivalências podem ser observadas no conjunto das categorias listadas no próximo parágrafo, assim como, às vezes, dentro de uma única categoria.

Casa legislativa que privilegia os interesses do empresariado

Em setembro de 2007, uma matéria a respeito de uma Conferência Preparatória organizada por iniciativa do Ministério das Comunicações (Minicom) criticou o evento por suas características e apontou o receio de que a ocasião fosse utilizada para avançar discussões no Congresso, de forma que leis sobre o tema viessem a ser aprovadas antes da realização da Confecom:

4 GUEDES, Gabriela. 'Conferência' é realizada sem participação da sociedade civil. *ODC*, 5 set. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130626043725/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1311>. Acesso em 15 fev. 2017.

5 Cf., por exemplo: TV digital: oportunidade perdida para democratizar as comunicações. *Intervozes*, 6 dez. 2007. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/tv-digital-oportunidade-perdida-para-democratizar-as-comunicacoes>>. Acesso em 10 fev. 2015.

6 CARTA Aberta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. *Câmara Notícias*, 22 jun. 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/105640.html>>. Acesso em 30 set. 2013.

7 COSTA apoia Conferência construída com sociedade e governo. *FNDC*, 24 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/costa-apoia-conferencia-construida-com-sociedade-e-governo-176293/>>. Acesso em 26 jun. 2014.

8 CONFERÊNCIA está sendo gestada pela sociedade. *FNDC*, 07 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/conferencia-esta-sendo-gestada-pela-sociedade-166231/>>. Acesso em 26 jul. 2014.

9 CONFERÊNCIA Nacional de Comunicações será construída pela sociedade e governo. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, 21 set. 2007. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/conferencia-nacional-de-comunicacoes-sera-construida-pela-sociedade-e-governo-185089/>>. Acesso em 21 de fev. 2015.

10 Que se tornou a Lei 12.485, de 12/9/2011, conhecida como Lei da TV Paga. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm>. Acesso em 9 abr. 2017.

Apesar de não prever espaços para formulação e debate mais aprofundado, o Minicom e a CCTCI [Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática] da Câmara dos Deputados têm a intenção de utilizar o evento para apontar algumas alterações no marco regulatório das comunicações, em especial nos aspectos relacionados à TV paga. Tais propostas já estão sendo costuradas pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ), relator dos projetos acerca do tema atualmente em tramitação na Câmara.

Diante da possibilidade de que as definições aconteçam sem a efetiva participação da sociedade civil, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) ressalta a necessidade de que uma verdadeira Conferência democrática aconteça em breve. "Acredito que ela será realizada, sim, porque a sociedade civil começa a acumular forças. Meu receio é que isso só aconteça depois da implementação da TV digital", afirma a parlamentar. "A própria CCTCI, que fomentou todo o processo de debates sobre comunicação, não estará presente nesta Conferência Preparatória".⁴

Senador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/MG), Hélio Costa assumiu o Ministério das Comunicações em junho de 2005, durante o primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Permaneceu no cargo até março de 2010, quando se licenciou para concorrer ao governo de Minas Gerais numa chapa em aliança com o PT. Em ambas as funções (senador e ministro), foi considerado tanto na documentação⁵ quanto em parte da literatura científica como próximo dos interesses das grandes empresas do setor, sobretudo da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e da Rede Globo (LIMA, 2012, p. 282).

Na visão de diversos setores do MDC, o ministro tomara a iniciativa de realizar um evento em que ele próprio escolhesse os participantes, em parceria com o Congresso, o que talvez lhe permitisse fazer as vezes de uma conferência nacional.⁶ Houve pesadas críticas do MDC e de parlamentares como a deputada federal Luiza Erundina (Partido Socialista Brasileiro/SP), que referiu-se a "uma verdadeira Conferência democrática" como algo por fazer e, portanto, distinto do que seria realizado no Congresso. Tais posicionamentos parecem ter gerado uma mudança de posição do Minicom.⁷ O MDC e parlamentares passaram a se referir ao evento como *congresso preparatório*⁸ ou *Conferência Preparatória*,⁹ explicitando não se tratar da Conferência Nacional.

De qualquer forma, uma vez que o evento iria acontecer, iniciou-se um debate entre o MDC e alguns parlamentares sobre de que forma a ocasião poderia ser aproveitada. Decidiu-se priorizar temas que já estavam em discussão, como uma nova regulamentação da TV por assinatura.¹⁰ A fala da deputada também expressava o receio de que outras decisões, como a escolha do modelo de televisão digital, fossem realizadas antes da discussão na Confecom. Esta visão fornecia tanto um argumento em prol da urgência

da convocação e realização da Conferência quanto demonstrava desconfiança e pessimismo em relação às possibilidades de garantia dos direitos da cidadania no âmbito do Congresso Nacional.

O peso do lobby das empresas de comunicação foi reconhecido por meio da reprodução de falas de Erundina. Por exemplo:

Realista em relação às disputas no Congresso, a deputada assume que o lobby das empresas de telefonia e, sobretudo, de radiodifusão não apenas tem muita adesão como paralisa qualquer iniciativa de reforma progressista. Por isso conta com a sociedade civil. “Sou minoria na bancada, no partido, no Congresso, na CCTCI [Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática].¹¹ Busco ar para respirar e espaço para intervir na sociedade civil organizada. Tenho encontrado muito apoio na sociedade”, exclama, lembrando a “luta solitária” que caracteriza o setor.¹²

11 Lima (2006) apresenta evidências de sistemática atuação de parlamentares concessionários de radiodifusão na composição e nas votações da CCTCI.

12 RIBEIRO, Carolina; COSTA, Henrique. Deputada cobra compromisso do Executivo com convocação. *ODC*, 4 jun. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130627132835/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3516>. Acesso em 13 fev. 2017.

13 RIBEIRO, Carolina; COSTA, Henrique. Deputada cobra compromisso do Executivo com convocação. *ODC*, 4 jun. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130627132835/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3516>. Acesso em 13 fev. 2017.

14 A maioria dos itens que compõem os artigos 220 a 224 da Constituição Federal de 1988 continua aguardando regulamentação pelo Congresso Nacional.

15 GUEDES, Gabriela. Sem apoio do governo, entidades iniciam diálogo com empresas. *ODC*, 10 dez. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130627141544/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2175>. Acesso em 14 fev. 2017.

Neste cenário, a deputada foi qualificada em matéria do ODC como “voz dissonante num Congresso Nacional que, há muito, tem seu destino determinado pela forte presença de representantes diretos e lobistas dos empresários das comunicações”.¹³ Ela foi apresentada como uma aliada do MDC em meio a um Parlamento hostil aos movimentos sociais e, em particular, às reivindicações de regulamentação¹⁴ e democratização da comunicação (retomo estes assuntos adiante).

Contudo, nem todas as fontes reproduziram tal visão, geralmente negativa, sobre o Congresso Nacional e a representatividade dos empresários junto a este. Em dezembro de 2007, uma matéria a respeito da iniciativa da CNPC de buscar diálogo com entidades empresariais mencionou pontos de concordância obtidos em reuniões com representantes destas últimas. Por exemplo, “em sintonia com a Comissão, a principal entidade dos radiodifusores [Abert] manifestou preocupação com o fato de diversos projetos de lei que alteram o quadro regulatório das comunicações estarem sendo discutidos antes da realização da conferência”.¹⁵ Ainda que posteriormente a Abert e outras associações patronais tenham abandonado a organização da Conferência e se recusado a dela participar, a afirmação é um exemplo da busca de convergências entre setores opostos e, ao menos pontualmente, de uma concordância em relação ao método: a tramitação de propostas relativas à comunicação no Congresso deveria ser interrompida até a realização da Conferência. Outrossim, trata-se de um caso relativamente isolado, que contrasta com afirmações na direção oposta em diversas outras fontes conforme sustento nesta seção: o Congresso é representado como um lugar onde as principais entidades representativas dos grupos empresariais de mídia sistematicamente emplacavam seus interesses e objetivos.

16 Quero dizer, houve diversas notícias a destacar situações em que o MDC conseguiu pautar a discussão de temas no Congresso. Raras notícias trataram de tentativas frustradas do movimento de fazer o mesmo.

Não foi possível, no âmbito da pesquisa, confrontar tais incidências com outras fontes que permitissem comparar e/ou quantificar tais situações. Ou seja, discutir, quantitativamente ou qualitativamente, a eficácia/sucesso/permeabilidade da CCTCI às reivindicações e à atuação do MDC em geral.

17 Conferência Nacional de Comunicação: luta central em 2008. *Intervozes*, 12 mai. 2008. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/conferencia-nacional-de-comunicacao-luta-central-em-2008>>. Acesso em 13 fev. 2015.

18 Inclusive, acredito eu, graças à disponibilidade de recursos (por exemplo, para o pagamento de passagens e diárias de convidados), geralmente escassa para os movimentos sociais. Contudo, não encontrei, até o momento, fontes que explicitem este ponto, sustentando minha suposição.

19 NA CÂMARA, entidades denunciam omissão do Estado e irregularidades das emissoras. *Intervozes*, 5 dez. 2008. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/na-camara-entidades-denunciam-omissao-do-estado-e-irregularidades-das-emissoras>>. Acesso em 25 fev. 2015. A matéria aponta como fonte o Observatório do Direito à Comunicação e data de publicação, 27/11/2008.

Espaço de atuação do MDC na campanha pela Confecom

As notícias destacaram as tentativas – muitas vezes exitosas, outras não¹⁶ – do movimento de realizar discussões sobre o tema dentro do Congresso, com um duplo objetivo: dar visibilidade à campanha e, de alguma forma, pressionar o Executivo a convocar a Conferência.¹⁷ O principal âmbito destas iniciativas foram reuniões, audiências e debates realizados por comissões para tratar de temas relativos à Confecom, incluindo o processo em si de mobilização e de organização.

Destacou-se a postura colaborativa de certas comissões, em especial a CCTCI da Câmara, em relação às iniciativas do movimento, o que se manifestou de, ao menos, três formas:

- A parceria com as comissões viabilizava a realização, na Câmara, de eventos para discutir a comunicação.¹⁸
- As comissões eram espaços para dar visibilidade, no Congresso, à luta em prol da democratização – uma notória dificuldade enfrentada pelo MDC, conforme apontei na introdução.
- Os eventos nelas realizados foram oportunidades de tentar atrair ou aproximar parlamentares para a causa; de pressionar o Executivo; de afirmar pontos de vista; e de confrontar representantes do empresariado (e, em alguns momentos, do governo Lula).

Vale destacar que, durante o período analisado, a maioria das audiências não enfocou especificamente a Confecom. Mas, ao tratar de temas relativos à comunicação, e ao permitir a participação de militantes do MDC representando suas organizações, surgia a oportunidade, tanto para os próprios militantes quanto para os parlamentares, de falar da Conferência. Por exemplo, num debate sobre as concessões de rádio e televisão:

(...) a deputada Luiza Erundina e os deputados Walter Pinheiro (PT-BA) e Jorge Bittar (PT-RJ) defenderam a realização da Conferência Nacional de Comunicação. “A Conferência Nacional de Comunicação pode dar ao governo o respaldo popular para promover a iniciativa legal que pode criar esse novo aspecto legislativo que permita botar o dedo na ferida”, defendeu Pinheiro, presidente da CCTCI. “Este debate deve apontar algo que precisa culminar com uma Conferência Nacional, que aponte para um marco legal que possibilite a democratização dos meios e o controle social para que o patrimônio público seja apropriado pelo povo”, acrescentou Luiza Erundina.¹⁹

Na fala dos parlamentares é possível perceber a estratégia de articular a argumentação em torno de um problema específico – a necessidade de revisão dos critérios para as concessões de radiodifusão, bem como para as renovações ao final do prazo – com a necessidade de realização da Confecom.

Esta seria a instância a partir da qual as propostas de mudança na legislação teriam “respaldo popular”, permitindo ao governo tomar iniciativas que contrariassem interesses de grupos poderosos, estabelecidos há décadas, reforçados pelas políticas de distribuição de concessões durante as presidências de João B. Figueiredo e José Sarney, e que não sofreram alterações significativas nos posteriores (LIMA, 2006, 2011; MOTTER, 1994).

Em dezembro de 2007,

(...) entidades da sociedade civil se reuniram com o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, Julio Semeghini (PSDB-SP), para tratar do tema da Conferência Nacional de Comunicação.

As organizações presentes reafirmaram a expectativa de que a Conferência seja convocada ainda este ano pelo Executivo, e pediram apoio da CCTCI para isso.²⁰

20 CCTCI reafirma compromisso com Conferência de Comunicação. ODC, 14 dez. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130625090533/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2232>. Acesso em 14 fev. 2017.

21 CCTCI reafirma compromisso com Conferência de Comunicação. ODC, 14 dez. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130625090533/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2232>. Acesso em 14 fev. 2017.

22 CCTCI reafirma compromisso com Conferência de Comunicação. ODC, 14 dez. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130625090533/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2232>. Acesso em 14 fev. 2017.

23 MAZZA, Mariana. Confecom vira tema de audiências na Câmara dos Deputados. ODC, 27 ago. 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130628030611/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=5456>. Acesso em 30 dez. 2016.

24 Segundo Baesse (2015), três comissões do Legislativo promoveram o Encontro Nacional de Comunicação, realizado em junho de 2007: “de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Direitos Humanos da Câmara; e de Direitos Humanos e Legislação participativa do Senado” (p. 76). O evento foi fundamental para a mobilização para a Confecom, sendo inclusive o marco inicial da pesquisa da qual este artigo faz parte. Nazário (2009, p. 67) aponta as comissões da Câmara (mas não a do Senado) entre as responsáveis.

De acordo com o texto, “Semeghini foi receptivo às propostas apresentadas e reafirmou o compromisso da CCTCI com a conferência”. Por sua vez, “as entidades da sociedade civil consideraram positiva a audiência (...)”.²¹ O texto citava um representante da Fenaj afirmando que “o encontro (...) renova as esperanças de que [a Conferência] será realizada em 2008”.²²

Evidência da relevância desta comissão é o fato de a interlocução estabelecida com ela ser considerada positiva pelo MDC inclusive no que diz respeito a alguns deputados da oposição e/ou de partidos em geral considerados pelo MDC como associados aos interesses dos empresários de comunicação, como é o caso do PSDB. Segundo matéria do TeleTime News reproduzida pelo ODC, em 2009 a CCTCI criou uma “subcomissão (...) especialmente para acompanhar a conferência”, outra evidência do interesse da mesma pelo tema e da articulação com o MDC.²³

Parlamentares e comissões: agentes em campanha pró-Conferência

À parte a presença do MDC dentro do Congresso Nacional, o destaque dado nas notícias à atuação de alguns (poucos) parlamentares e da CCTCI, bem as próprias narrativas sugerem que tais figuras foram consideradas, mais do que parceiras do MDC, agentes participantes da campanha pró-Conferência.²⁴ Afirmo isto a partir de indícios presentes e/ou destacados nas notícias.

Primeiro, a citação, dentro das notícias, de declarações de congressistas. Na maioria das vezes, tratava-se de deputados de partidos como PT e PSB – historicamente de esquerda ou centro-esquerda e integrantes da base do governo Lula – e que integravam a CCTCI ou outras comissões com atuação relativa à comunicação.



Segundo, a cobertura de outra forma de interlocução: a participação de congressistas em eventos e atividades organizados pelo MDC. Em maio de 2008, Luiza Erundina discursou na Plenária do FNDC. Quatro parágrafos da matéria abordaram a fala da parlamentar; em três deles apareceu o tema Confecom. Segundo o texto:

A deputada (...) da (...) CCTCI destacou a importância da plenária do FNDC, que reuniu os principais atores que irão viabilizar a conferência, que só se coloca na agenda do país, segundo ela, pela força, pela pressão e militância desses setores. “Para nós (parlamentares) tem sido decisivo o apoio de vocês, senão, não teríamos chegado sequer a esse pouco que se conquistou do ponto de vista da mudanças no marco regulatório a partir da CCTCI”, afirmou, destacando que o principal protagonista desse processo é a sociedade civil organizada. “Vocês estão na vanguarda desse processo, viabilizando este direito da cidadania que é definir aquilo que é mais importante em qualquer sociedade democrática do mundo, que é a democratização dos meios de comunicação social”.²⁵

25 MARINI, Ana Rita. Rede única para a digitalização é entendimento geral no primeiro dia de plenária. *FNDC*, 17 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/rede-unica-para-a-digitalizacao-e-entendimento-geral-no-primeiro-dia-de-plenaria-254002/>>. Acesso em 18 set. 2014.

Esta fala é importante por, pelo menos, três motivos. Primeiro, por reforçar a ideia de afinidade política e colaboração entre raros parlamentares e o MDC. Segundo, porque pode ser lida como evidência da dificuldade de pautar determinados assuntos e de fazer avançar os trabalhos no Congresso, especialmente no caso de uma comissão com ampla e histórica participação de concessionários de radiodifusão e de parlamentares interessados na manutenção do *status quo* (LIMA, 2006). Neste sentido, quando usou a expressão “nós (parlamentares)”, ela provavelmente não estava falando em nome do conjunto de colegas, mas daqueles poucos dispostos a tomar iniciativas para democratizar a comunicação.

Terceiro, talvez por isso mesmo ela desse tanta ênfase ao protagonismo do MDC – sem o qual, afirmava, tornavam-se improváveis tanto a ocorrência da Conferência quanto a obtenção de avanços na CCTCI:

“Ainda bem que a sociedade civil tem se mobilizado, se organizado, marcado uma presença efetiva, respaldando o Legislativo”, ressaltou, agradecendo entidades como o FNDC, Fitert, Intervezes, Fenaj e Abraço pela presença efetiva e força política emprestada à comissão. E também ao empenho dessas entidades junto ao parlamentares para construir a primeira Conferência Nacional de Comunicação. “A conferência nacional de comunicação deve produzir políticas públicas para serem assumidas nesse país”, afirmou, ao propor que a conferência se inicie o mais rápido possível, ainda este ano, com as regionais.²⁶

26 MARINI, Ana Rita. Rede única para a digitalização é entendimento geral no primeiro dia de plenária. *FNDC*, 17 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/rede-unica-para-a-digitalizacao-e-entendimento-geral-no-primeiro-dia-de-plenaria-254002/>>. Acesso em 18 set. 2014.

Além de citar nominalmente alguns coletivos e entidades do MDC pela participação na comissão e pelo engajamento para a luta política em prol da convocação da Conferência, Erundina ecoava três pontos bastante presen-

27 A fala de Erundina já indicava a possibilidade de a Conferência não ocorrer no mesmo ano (2008), mas reivindicava que ao menos as conferências de menor escala (municipais, regionais e estaduais) fossem realizadas, como forma de desencadear a Conferência nacional.

28 A matéria do FNDC não informa onde e quando se deu a fala de Bittar. Contudo, consultando a programação do evento, é possível identificá-lo como convidado de uma mesa. PROGRAMA da XIV Plenária (versão preliminar). Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/plenarias/xiv-plenaria/programa-da-xiv-plenaria-versao-preliminar/>>. PROJETOS podem quebrar barreiras históricas. FNDC, 17 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/projetos-podem-quebrar-barreiras-historicas-254004/>>. Acesso em 29 nov. 2016.

29 RODRIGUES, Lúcia. Paulistas debatem democratização da comunicação. *Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação*, 3 ago. 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20101108074606/http://proconferencia.org.br/textos/clipping/paulistas-debatem-democratizacao-da-comunicacao/>>. Acesso em 3 abr. 2015.

30 RODRIGUES, Lúcia. Paulistas debatem democratização da comunicação. *Comissão Nacional Pró-Conferência de Comunicação*, 3 ago. 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20101108074606/http://proconferencia.org.br/textos/clipping/paulistas-debatem-democratizacao-da-comunicacao/>>. Acesso em 3 abr. 2015.

tes nas falas do MDC naquele momento: a) que a Confecom deveria ser realizada o quanto antes; b) que as etapas regionais deveriam obrigatoriamente ocorrer;²⁷ c) que as decisões da Conferência não deveriam ficar apenas no papel, mas ser utilizadas para produzir mudanças no setor – o que, de certa forma, evidencia preocupação com a possibilidade de que a Conferência viesse a ser inócua.

A Plenária do FNDC também contou com a participação do deputado federal Jorge Bittar (PT/RJ), “relator, na Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) na Câmara”, do já citado projeto de lei “que regulamenta conteúdo na TV por assinatura”. De acordo com o texto, “Bittar se declarou absolutamente engajado no processo de reflexão, da construção de grandes teses para a conferência nacional de comunicação”.²⁸

Houve distintos posicionamentos em relação ao governo e aos empresários ao longo do período. Em agosto de 2009, matéria reproduzida do site da revista *Caros Amigos* sobre “seminário organizado pela Comissão Paulista Pró Conferência de Comunicação para debater a democratização da mídia” destacou falas de Erundina. Segundo o texto, ela “criticou os empresários do setor de comunicação por estarem inviabilizando a aprovação do regimento interno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. (...) Eles avaliam que estão em desvantagem em relação à sociedade civil e, por isso, querem se retirar da Conferência”.²⁹ A deputada era uma das raras vozes no Congresso Nacional a proferir tais críticas. Seu partido, o PSB, integrava a base de apoio do Governo Lula. A própria Erundina fora um quadro histórico do PT, tendo sido prefeita de São Paulo pela legenda. Sua fala distingue claramente o que seriam as posições do governo e do ministro das Comunicações:

Para a parlamentar, o governo federal tem se comportado corretamente no processo de construção da Conferência de Comunicação. “O governo não está fazendo coro com os empresários. A única exceção é o ministro das Comunicações, Hélio Costa”, frisa. Ela conta que o ministro já afirmou que não quer que a Conferência aconteça.³⁰

Ao focar as críticas nos empresários e em Hélio Costa, poupando o governo e, mais do que isso, elogiá-lo, a visão de Erundina se aproxima daquela adotada a maior parte do tempo por diversos setores do MDC – entre as entidades pesquisadas, especialmente o FNDC.

Comparação/contraste com o Executivo

O Congresso também foi abordado em comparação com o Executivo. Em geral, as avaliações contrastavam o que se considerava *imobilidade* do último com a atuação do primeiro. Em outubro de 2007:

31 VALENTE, Jonas. Conferência avança no Congresso, mas governo ainda resiste. *ODC*, 5 nov. 2007.

Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130625164637/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1839>. Acesso em 14 fev. 2017.

32 VALENTE, Jonas. Conferência avança no Congresso, mas governo ainda resiste. *ODC*, 5 nov. 2007.

Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130625164637/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=1839>. Acesso em 14 fev. 2017.

33 ORÇAMENTO da União aprova verba para Conferência. *FNDC*, 20 mar. 2008. Disponível em:

<<http://www.fndc.org.br/noticias/orcamento-da-uniao-aprova-verba-para-conferencia-236852/>>. Acesso em 21 nov. 2016.

34 ORÇAMENTO da União aprova verba para Conferência. *FNDC*, 20 mar. 2008. Disponível em:

<<http://www.fndc.org.br/noticias/orcamento-da-uniao-aprova-verba-para-conferencia-236852/>>. Acesso em 21 nov. 2016.

35 ABAIXO-ASSINADO cobra realização da I Conferência Nacional de Comunicação.

Intervozes, 30 set. 2008. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/abaixo-assinado-cobra-realizacao-da-i-conferencia-nacional-de-comunicacao>>. Acesso em 25 fev. 2015.

36 MORAES, Geórgia. Campanha pede convocação de conferência de comunicação. *ODC*, 26 ago. 2008. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20130627133337/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3895>. Acesso em 7 fev. 2017.

Até agora, o único passo concreto para a realização da conferência foi dado pela Câmara dos Deputados. Em sessão realizada na terça-feira, 30, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou emenda que prevê a destinação de R\$ 20 milhões para garantir a realização do processo, incluindo suas etapas estaduais e nacional.³¹

Além de destacar a inclusão da rubrica com recursos para a Confecom no Plano Plurianual 2008-2011, o texto informava os autores da emenda e trazia declarações de parlamentares a respeito da relevância da medida.³² Em março de 2008, o FNDC noticiou que o “Projeto de lei do Plano Plurianual” fora aprovado com o mesmo valor para “apoio à realização de conferências no setor de comunicação”. O texto trazia a avaliação do “coordenador-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), jornalista Celso Schröder”, de que “a proposta das emendas e a votação, sinalizam a vontade majoritária do parlamento em relação à conferência”.³³

O texto prossegue citando o dirigente quanto ao que seriam os passos seguintes:

Segundo Schröder, dando sequência à construção da Conferência Nacional de Comunicação, o movimento agora é que ela seja convocada a partir do Executivo e desencadeada no Parlamento. “Há uma vontade já assinalada pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, de estar junto. Temos defendido que o Parlamento deve viabilizá-la, mas a conferência deve ser convocada e encaminhar suas políticas para o Executivo”, explica o coordenador-geral do FNDC.³⁴

Embora o dirigente cite que papéis, a seu ver, caberiam ao Executivo e ao Legislativo, não fica muito claro o que exatamente faria o último, ou seja, o que quer dizer com “viabilizar” e “desencadear” a Conferência, exceto pelo já informado no próprio texto (alocar recursos nas leis orçamentárias).

Em setembro de 2008, o Intervozes afirmou que: “O Legislativo já apoia a realização da conferência, mas o Executivo tem se mostrado reticente.”³⁵ Um mês antes, o ODC reproduziu nota da Agência Câmara informando que

as comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Legislação Participativa, além de 30 organizações da sociedade, lançaram uma campanha em todo o País pela convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. A ideia é colher o maior número de assinaturas para um documento que será entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo a convocação da conferência.³⁶

A mobilização pela convocação da Confecom já durava então cerca de quinze meses. A matéria citava a deputada Luiza Erundina explicando de onde vinha a ideia da Conferência, quais seus objetivos, e também afirmando

37 MORAES, Geórgia. Campanha pede convocação de conferência de comunicação. *ODC*, 26 ago. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130627133337/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3895>. Acesso em 7 fev. 2017.

38 RIBEIRO, Carolina; COSTA, Henrique. Deputada cobra compromisso do Executivo com convocação. *ODC*, 4 jun. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130627132835/http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=3516>. Acesso em 13 fev. 2017.

que “a Câmara já garantiu recursos no Orçamento da União para a organização da conferência” no ano seguinte. O texto terminava informando que “para assinar o documento (...) basta acessar a página na internet www.proconferencia.com.br” – o endereço era o do site da CNPC.³⁷ A dilação para a convocação já fora criticada pela parlamentar, que considerava “o pouco caso do governo federal” uma atitude que favorecia o empresariado, uma vez que, conforme discutido no primeiro tópico, este tradicionalmente emplacava suas demandas no Congresso Nacional: “E o pior é que as pautas da Conferência já estão sendo decididas. Os empresários vão dizer que já está tudo decidido. Quanto mais demorar melhor”.³⁸ Trata-se de posição razoavelmente distinta daquela citada no item anterior.

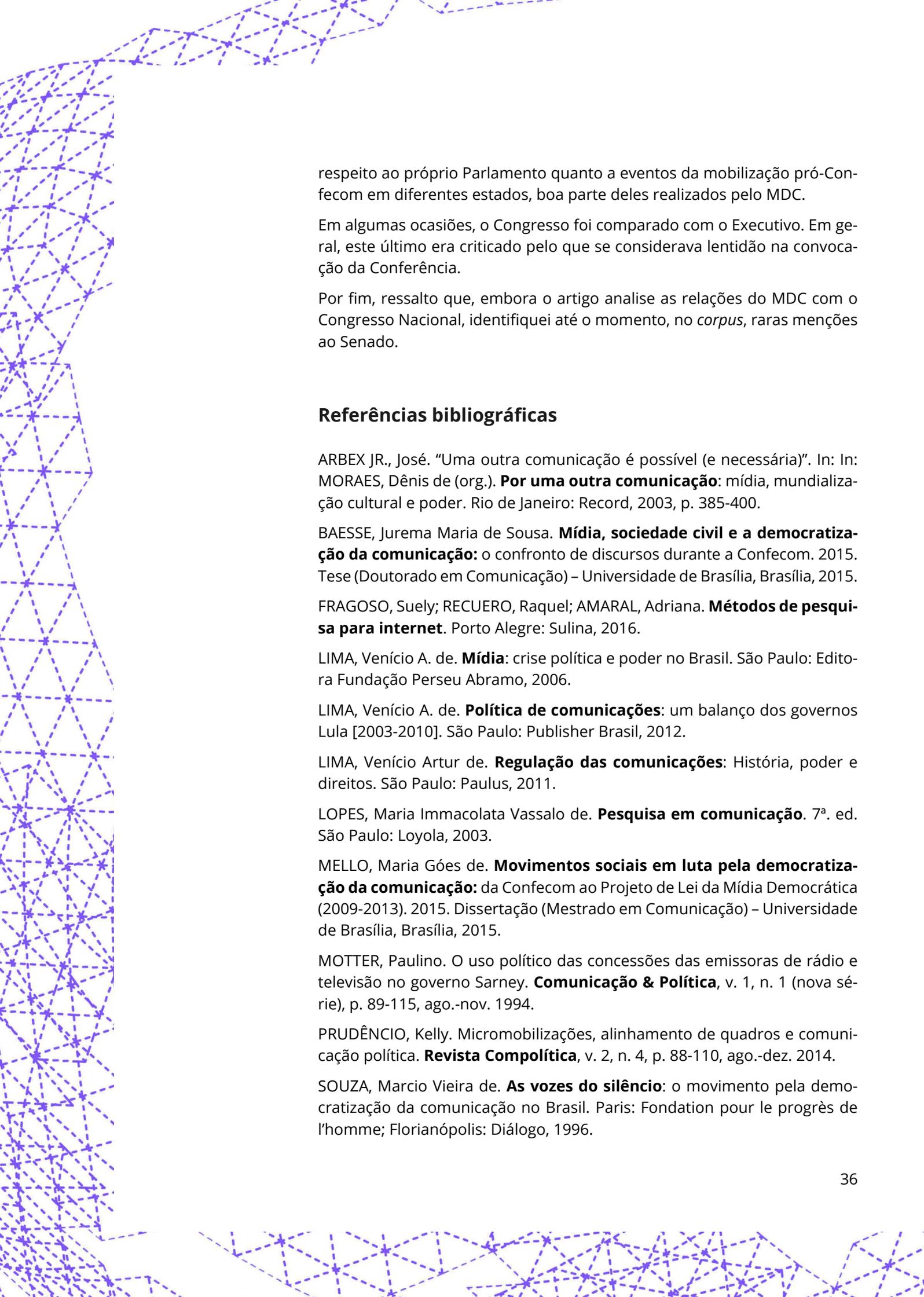
Considerações finais

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa histórica que visa a discutir documentação relativa ao processo de mobilização em prol da convocação e realização da Confecom. A proposta geral da pesquisa é organizar a descrição e análise em torno de três eixos: o MDC e o contexto histórico (*por que* se mobiliza); a dinâmica de luta pela convocação, de preparação e de organização da Confecom (*como* se mobiliza); e as reivindicações e propostas para a democratização da comunicação no país (*para que* se mobiliza).

Neste artigo, busquei esquematizar, para fins de exposição e análise, quatro categorias em torno das quais acredito ser possível agrupar a ampla maioria das referências ao Congresso presentes nas fontes. Embora as relações com o Executivo tenham sido o cerne das negociações e lutas, o Legislativo foi importante por um conjunto de motivos, como espero ter evidenciado.

Por um lado, criticou-se bastante o Congresso pela frequência com que interesses dos empresários de comunicação são atendidos, em contraponto às raras situações em que a cidadania consegue se fazer ouvir – que dirá emplacar avanços na regulamentação do setor. Por outro, apesar de ser um espaço majoritariamente hostil ao MDC, o Parlamento – mais precisamente, algumas atividades e eventos, em especial na CCTCI – foi um espaço importante de atuação do MDC no intuito de chamar atenção para a mobilização pró-Conferência, de buscar apoio e de pressionar o Executivo. Particularmente destacadas foram as atuações de raros deputados da base aliada, membros da CCTCI. Ou seja, também houve posições ambivalentes em relação à CCTCI.

A própria comissão, majoritariamente favorável ao empresariado da comunicação, foi o principal espaço para a presença do MDC – em grande medida, graças à articulação com a deputada federal Luiza Erundina, cujas ações e opiniões foram frequentemente destacadas nas fontes, tanto no que diz



respeito ao próprio Parlamento quanto a eventos da mobilização pró-Confecom em diferentes estados, boa parte deles realizados pelo MDC.

Em algumas ocasiões, o Congresso foi comparado com o Executivo. Em geral, este último era criticado pelo que se considerava lentidão na convocação da Conferência.

Por fim, ressalto que, embora o artigo analise as relações do MDC com o Congresso Nacional, identifiquei até o momento, *in corpus*, raras menções ao Senado.

Referências bibliográficas

ARBEX JR., José. "Uma outra comunicação é possível (e necessária)". In: In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 385-400.

BAESSE, Jurema Maria de Sousa. **Mídia, sociedade civil e a democratização da comunicação: o confronto de discursos durante a Confecom**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Política de comunicações: um balanço dos governos Lula [2003-2010]**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: História, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 7ª. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MELLO, Maria Góes de. **Movimentos sociais em luta pela democratização da comunicação: da Confecom ao Projeto de Lei da Mídia Democrática (2009-2013)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Comunicação & Política**, v. 1, n. 1 (nova série), p. 89-115, ago.-nov. 1994.

PRUDÊNCIO, Kelly. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política. **Revista Compolítica**, v. 2, n. 4, p. 88-110, ago.-dez. 2014.

SOUZA, Marcio Vieira de. **As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil**. Paris: Fondation pour le progrès de l'homme; Florianópolis: Diálogo, 1996.